



GENTE POBRE DO CAMPO NO SERTÃO PARAIBANO: TRABALHO E RESISTÊNCIA (1940 - 1950)

Josinaldo Gomes da Silva¹

Introdução

O presente trabalho surgiu a partir do nosso propósito de produzir uma pesquisa de história social², que tenha o cotidiano dos habitantes do sertão paraibano, região periodicamente afetada pela seca, como objeto de estudo. Foi se configurando a partir da leitura e análise de algumas obras literárias, de periódicos que circularam na Paraíba na década de 1950, das atas da Assembléia Legislativa do Estado, de correspondências (cartas e telegramas destinadas aos governadores), de relatórios de governo e da escuta atenta de relatos orais de memória.

Cabe inicialmente ressaltar que a seca é uma temática presente na historiografia paraibana desde a fase em que o *IHGP* (Instituto Histórico e Geográfico Paraibano) foi o principal foco de produção historiográfica. Nesse período - que vai de 1905 quando ocorre a fundação do *IHGP* até a década de 1960 com a criação da *UFPB* (Universidade Federal da Paraíba - foram produzidos trabalhos que trataram da seca como um fenômeno meramente climático.

Sendo assim com a fundação da *UFPB* a historiografia acadêmica passou a dividir o espaço da produção historiográfica com o *IHGP*, e por sua vez, também se preocupou com a temática da seca, no entanto, assim como foi bastante comum nesse período, são trabalhos que seguem uma perspectiva economicista e/ou desenvolvimentista, que por sua vez não trataram

¹ Mestre em História pela UFCG – Universidade Federal de Campina Grande – PB. Professor de História no Ensino Médio na Escola Estadual Dr. Felton Nóbrega – Salgadinho PB. Professor de História em turmas da EJA – Educação de Jovens e adultos – na Escola Municipal Monsenhor Manoel Vieira – Salgadinho – PB. Membro do grupo de pesquisa de *Teoria e História da Historiografia*, coordenado pelo professor doutor Gervácio Batista Aranha. Professor convidado da disciplina *História das Idéias Políticas no Brasil*, na pós-graduação em História na FIP –Faculdades Integradas de Patos –PB.

² A história social é a história da sociedade, um termo que em si mesmo se tornou controverso. Tem a ver com estruturas e processos de mudança. Nada é irrelevante do seu ponto de vista. Não se pode ignorar qualquer prova, por muito efêmera que seja. Muitas dessas provas perderam-se; e algumas sobreviveram por acidente. Mas quando falo de sociedade refiro-me sempre à experiência, partilhada ou discordante, de indivíduos e grupos. Parte da atracção exercida pelo tema é o facto de iluminar a vida de pessoas que não deixaram um nome para a posteridade e que foram muitas vezes vítimas dos sistemas de poder da sua época; mas nenhuma história social poderia estar completa se ignorasse as pessoas com poder. A sociedade é uma rede de relações, não um conjunto abstracto. Mas há muito que nunca poderemos conhecer. (BRIGGS, 1994, p.12)

“a gente pobre do campo” como sujeitos históricos. Assim, essa perspectiva também olhou preconceituosamente, ou simplesmente silenciou, com relação as ações da multidão de “agricultores” que principalmente nos anos de seca, ameaçaram e/ou invadiram cidades.

Esse olhar preconceituoso para os conflitos de multidões foi uma prática presente não só na historiografia paraibana, visto que, “no campo do marxismo, o estudo dos conflitos de multidões quase foi relegado ao completo abandono e pouco avançou no final do século XIX, e no início do seguinte”.³ Se atentarmos para a gênese da produção historiográfica que trata dos conflitos sociais caracterizados pela presença das multidões, até meados da década de 1950, fica fácil perceber a pouca atenção que os profissionais da história deram ao tema. E, por outro lado, há que considerar a forma preconceituosa com que historiadores, a exemplo de Hyppolite Taine, na França, e Edmund Burke, na Inglaterra trataram do tema. Para eles os “protestos sociais foram caracterizados como obra de bandidos, criminosos, vagabundos, arruaceiros, prostitutas, ou de desocupados e pessoas sem residência fixa. Enfim, culpavam-se aqueles que não se enquadravam na lógica da nova sociedade em consolidação”⁴.

Essa visão que procurou tratar os indivíduos envolvidos nos protestos sociais como “classes perigosas” passou a ser contestada a partir do trabalho de George Lefebvre, que influenciou outros estudiosos, por exemplo, George Rudé que através do estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra abriu um novo campo para a historiografia marxista. No entanto “entre as décadas de 1950 e 1970, esse campo de estudos se expandiu significativamente, com destaque para os trabalhos desenvolvidos por Eric Hobsbawm, George Rudé, E. P. Thompson e Charles Tilly.”⁵

Na década de 1960 a história social inglesa empreendeu um trabalho de renovação dentro da corrente marxista, renovação essa que teve o historiador E. P. Thompson como expoente. Thompson juntamente com outros historiadores marxistas, entre eles, Christopher Hill, Rodney Hilton e George Rudé, dentre outros, fundaram em 1952 a revista *Past and Present*, que representou as novas perspectivas dos estudos historiográficos que tinham como foco a dimensão social e econômica. “Pode-se dizer, sem exagero, que esta ‘esquerda dos historiadores ingleses’ liderou a mudança historiográfica no mundo anglo-saxão”⁶.

³ MUNHOZ, 2012, p.223

⁴ Idem, p.217

⁵ Idem, p.229

⁶ MARTINS, 2010, p. 75



A obra de E. P. Thompson alcançou uma influência global, isto é, tanto sua concepção teórica e metodológica, quanto a sua prática de historiador exerceram e exercem forte impacto nas produções historiográficas de outros países, principalmente no que diz respeito à história social do trabalho⁷.

No Brasil, talvez pela natureza dos seus trabalhos, bastante marcados pela interdisciplinaridade, Thompson tenha sido tomado como referência não só por historiadores, mas por estudiosos da área das ciências sociais, filósofos, economistas e especialistas na ciência da educação, entre outros⁸. Porém, desde o início dos anos 1980 a historiografia brasileira estabeleceu diálogo com a matriz thompsoniana, a exemplo do trabalho do historiador João José Reis, que trata sobre a revolta dos Malês em Salvador. No entanto, no ano de 1988, a um ano da publicação da *Formação da Classe Operária Inglesa* em Português, diante dos debates sobre o centenário da abolição da escravidão no Brasil, “a recepção específica das idéias de Thompson nesse campo de estudos se tornou mais evidente e passou a desempenhar um papel central nas discussões posteriores”⁹.

Nessa perspectiva, com relação à temática da seca cabe destacar a dissertação de mestrado “*Falas de Astúcia e Angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema a solução (1877 -1922)*” defendida na UNICAMP no ano de 1988 pelo professor Durval Muniz Albuquerque Júnior. A temática central do referido trabalho consiste em analisar os discursos dos diversos agentes e instituições sociais presentes na área da seca. Para tal empreitada o autor buscou sobretudo uma aproximação entre Thompson e Foucault¹⁰.

Porém, a Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará, originalmente apresentado como Tese de Doutorado em História Social na Universidade Federal Fuminense, pelo professor Frederico de Casro Neves, é um trabalho bastante inovador no que diz respeito as pesquisas sobre a seca. Através de um forte diálogo com Thomposon, principalmente no que diz respeito a “Economia Moral da Multidão”, rompeu com a perspectiva que buscou reduzir a cultura política tradicional da gente pobre do campo ao cangaceirismo e messianismo, percebeu que os estudos que tratam dos movimentos sociais

⁷ MATTOS, 212, p.206

⁸ Idem

⁹ Idem, p.221

¹⁰ Para muitos historiadores entre eles os historiadores sociais, e também historiadores culturais que trabalham com a idéia de representação, essas “casadinhas” entre teóricos que pensam a historiografia em termos radicalmente incompatíveis entre si devem ser evitadas. Isto é, deve-se evitar “casar” autores que se revelam bons para pensar a escrita da história numa dimensão relativista/presentista ou, mais precisamente, com base na idéia de história como invenção (no presente) sobre o passado, com base num corte radical com a idéia de representação, com autores que insistem em trabalhar com o bom e velho conceito de representação, mas um conceito de representação que, mesmo admitindo remissões ao outro no tempo, se apressa em esclarecer que não se trata de reproduzir ou reeditar a velha noção de mimesis em seu sentido clássico.

populares desprezaram as invasões, ameaças e saques as cidades pela gente pobre do campo em tempo de escassês. E dessa forma buscou recuperar as “ações da multidão de retirantes” que principalmente em época de seca invadiu as principais cidades do Ceará. Para o autor, “esses eventos demonstram uma determinada forma de negociação política que possui característica específicas”¹¹, que jamais deverão ser vistas como espasmo.

Portanto, em nossa garinragem em busca de trabalhos acadêmicos que tenham como temática central estudar as ações da gente pobre do campo, percebemos que tal temática é lacunar na historiografia paraibana, daí o propósito do presente trabalho, através do diálogo com a história social inglesa, respeitando as especificidades de tempo, cultura e lugar, revelar as condições de trabalho e as ações de resistência da gente pobre do campo nas espinharas¹², no sertão paraibano, numa perspectiva que busca sobretudo tratar esses personagens como sujeitos históricos efetivos.

Buscamos adentrar o cotidiano dessa gente que chamamos de gente pobre das espinharas, isto é, recuperar indícios ligados principalmente as condições de trabalho que essas pessoas foram submetidas, tanto nas fazendas, onde geralmente trabalhavam sob a condição de morador, sendo as relações com o patrão firmadas através de acordos verbais, quanto nas obras públicas (construções de estradas de rodagem e estradas de ferro, açudes, entre outras) que se fizeram presentes na maioria dos municípios paraibanos nos anos considerados secos.

A gente pobre do campo na literatura de Allyrio Wanderley: exploração e resistência

Inicialmente cabe ressaltar que encontrar vestígios relacionados ao cotidiano da gente pobre do campo não é nada fácil, sendo assim, procuramos tornar tais dificuldades em desafios acadêmicos. Debruçamo-nos então no trabalho de rastrear fontes que possam nos dar respostas para as perguntas relacionadas à temática e encontramos indícios preciosos relacionados à vida cotidiana dessa gente.

A obra literária que tem como título *Ranger de Dentes*, escrita pelo romancista e crítico literário paraibano Allyrio Meira Wanderley, publicada em 1945 pela Editora Leitura, no Rio de Janeiro, tornou-se um documento importante para nossa pesquisa.

¹¹ NEVES, 2000, p. 13

¹² Compreende as terras banhadas pelo rio Espinharas.

A trama ocorre em duas fazendas localizadas no município de Patos no sertão paraibano, no momento em que foram instalados alguns equipamentos modernos na região, a exemplo do Banco do Brasil, de algumas fábricas e usinas de algodão. Equipamentos esses que nem sempre contaram com a simpatia dos fazendeiros da região, visto que para eles

a facilidade de ir daqui para ali com a multiplicação das rodagens, e essas fábricas, essas usinas espalhadas pelo sertão, dando ganho a torto e a direito influem demais. A estrada de ferro está aí também; e o diabo. Em certo sentido, o progresso é uma desgraça. O povo muda: não se discute uma evidência. Aflue para as cidades, mete a filharada nos grupos escolares, enfim: quer pensar que é tão gente quanto nós¹³.

O depoimento de Lourenço Camboim, fazendeiro na região das espinharas expressa um forte teor racista, comportamento esse que serviu como justificativa para a exploração do trabalho da gente pobre do campo - exploração que se intensificava nos períodos de seca – que não tendo terra para trabalhar se submetiam a condição de moradores de fazenda, e dessa forma ficavam sujeitos a arrogância e aos caprichos dos proprietários, visto que, a condição de moradores era quase sempre feita através de acordos verbais, nos quais o proprietário se comprometia a fornecer casa e roçado ao morador, que em troca deveria pagar a “meia” dos produtos cultivados. Buscando esclarecer melhor a questão, recorreremos a algumas imagens retiradas da literatura, vejamos então o acordo entre Lourenço Camboim e um senhor que chegou a fazenda juntamente com a família, a procura de moradia e trabalho.

Forneço casa e roçado ao morador; o morador paga a meia do algodão, do milho e do feijão, nada; também só é permitido o feijão e o milho nas abertas, onde não prejudiquem o algodão. Entro apenas com o caroço para o plantio; a limpa no inverno, a colheita na safra, isso é por conta do meeiro. Recebo o algodão na minha balança e marco-lhe o preço, mais ou menos de acordo com a feira, na cidade. Os senhores sabem; é proibido ao agregado vender fora a sua parte e há o frete, os impostos, as quebras de peso nas usinas, as discordâncias de classificação tão comuns. Com relação a criar animais pode-se com meu consentimento¹⁴.

Assim, a vida cotidiana dessa gente pobre do campo, não era nada fácil, pois, os que trabalhavam nas fazendas seja na condição de empregados ou moradores a qualquer momento e por motivos banais poderiam ser dispensados do trabalho, e expulsos da propriedade onde habitavam em casebres geralmente cobertos de palha. Podemos citar como exemplo o caso de Isaque Panati (um dos personagens de *Ranger de Dentes*) morador de Lourenço Camboim, quase foi expulso da fazenda por ter vendido um feixe de lenha para comprar um quilo de

¹³ WANDERLEY, 1945, p. 21

¹⁴ WANDERLEY, 1945, p.33

açúcar para um filho que se encontrava doente. Os pequenos proprietários conviviam diariamente com a pressão dos grandes fazendeiros que buscavam comprar suas terras e para isso usavam quase sempre de métodos escusos. Cabe ressaltar que a pressão dos grandes sobre os pequenos proprietários para comprar suas terras se acentuava nos períodos de seca, isto é, a seca era um momento propício para os grandes proprietários aumentarem ainda mais suas terras¹⁵. Vejamos então o caso do senhor Zuza Leite (mais um dos personagens de *Ranger de Dentes*) proprietário do sítio Tamarga que em tempos idos viveu sua época de esplendor, mas que no momento encontrava-se em profunda decadência. Sendo assim, o sr. Zuza Leite convivia diariamente com a pressão de Lourenço Camboim – que já havia comprado quase todas as terras próximas a sua fazenda – insistindo em comprar suas terras. Revoltado com Zuza Leite que teimava em não vender sua propriedade Lourenço Camboim lembrou-se do tempo do seu pai, “se fosse na unha do meu pai, isso tudo seria resolvido tão fácil! Ele mandaria passar uma cerca em volta dessa sítio e adeus direitos de terceiro.”¹⁶

A lembrança que o coronel Camboim teve do seu pai, descrita na citação acima, nos remete a uma prática muito comum no campo, os tomadores de terra, que na verdade eram grandes proprietários que desrespeitavam os direitos costumeiros estabelecidos no tocante a posse da terra e para aumentar cada vez mais suas propriedades tomavam “os pedaços de terra”, na maioria das vezes, de seus vizinhos. Cabe ressaltar que tal prática era feita de forma silenciosa, astuta, visto que, não ficaria bem para a imagem de qualquer fazendeiro ser visto como “tomador de terras”. Vejamos então o caso do Major Sizenando Rafael de Deus, grande fazendeiro no cariri paraibano, aparece nos livros de tombo da Igreja de Alagoa do Monteiro na qualidade de bem feitor, herói do Município, todavia nos relatos orais de memória é visto como um tomador de terras, isto é, teria aumentado sua propriedade tomando as terras dos pobres¹⁷.

Buscando aparecer como pessoas de bem, caridosas, os referidos fazendeiros costumavam oferecer excelentes doações para a igreja – no caso específico das espinharas para a Igreja de Nossa Senhora da Conceição - como também participar juntamente com a família das missas que ocorriam aos domingos, e buscando mostrar o seu poder econômico

¹⁵ Vejamos a declaração de Lourenço Camboim, fazendeiro nas espinharas: “digam o que disserem, uma seca não é o papão que tanto tolo fala com horror. A questão está em saber tomá-la pelo seu lado favorável. Quantos engenheiros e quantos fornecedores não têm enriquecido com ela? Não se contam.” (WANDERLEY, 1945, p. 338).

¹⁶ WANDERLEY, 1945, p.80

¹⁷ BATISTA, 2010, p.154-155

costumavam fazer grandes festas em sua propriedade, oferecendo comida e bebida para todos os convidados, inclusive os moradores que aproveitavam tal evento para “tirar a barriga da miséria”.

Nas referidas festas, pobres e ricos ocupavam lugares diferentes, sendo assim, é possível perceber através do discurso oculto¹⁸ a revolta expressada por essa gente. Nessa perspectiva, mais uma vez recorremos a imagens de *Ranger de Dentes*. Lourenço Camboim, rico fazendeiro da região ofereceu uma grande festa em sua fazenda nas espinharas. Araruna, morador do anfitrião da festa observando a grande quantidade de comida e bebida que estava sendo oferecida aos convidados, expressou sua revolta, dizendo que em sua casa não tinha uma xícara de milho para fazer pipocas, Andaca, outro morador de Camboim reclamou: “enquanto isso esta semana não fiz nem um arremedo de feira”, Isaque Panatí, o mesmo que quase foi expulso da propriedade por ter vendido um feixe de lenha, chegou de “morcego” no caminhão da “vegetaoleo”, preocupado com o filho doente, pois segundo ele “se morrer que hei de fazer para enterrá-lo, sem um tostão em minha casa?” enfim, é possível perceber a partir do discurso oculto dos pobres que eles já eram conscientes da sua condição de explorados, pois, percebem que o patrão está cada vez mais rico, enquanto isso, “qual de nós conseguiu um rancho para morar? – continuou Cazumbá – qual de nós arranjou uma vaca para comer leite? Não sei por mim, não tenho milho ou feijão guardado para botar na panela duas semanas”¹⁹.

Percebe-se então a partir dos diálogos acima, a expressão do antagonismo entre ricos e pobres. Isso nos remete a idéia de classe, visto que “a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem de si”²⁰. Prática essa também percebida nos relatos orais de memória, dando mostra de que a exploração dos ricos sobre os pobres foi uma prática corriqueira, nas espinharas e alhures, visto que, desde tempos idos a grande propriedade conferiu poder e status ao seu proprietário, assim o poder do estado parava nas porteiras das grandes propriedades. Contudo, essa exploração não se deu sem resistência.

¹⁸ Discurso contestatório desenvolvido por grupos subordinados, a sua maneira, a partir de suas condições de sofrimento. Não se revela em público, por isso ocorre em espaços considerados seguros, partilhados por aqueles que se encontram em igual situação de exploração, isto é, fora do olhar dos exploradores (SCOTT, 2000, p.21).

¹⁹ WANDERLEY, 1945, p.92

²⁰ THOMPSON, 1987, p.240

Uma das formas de resistência era a retirada para as cidades, retirada essa que se acentuava em períodos de seca, quando levadas e mais levadas de pessoas deixavam o campo e seguiam para a cidade em busca da sobrevivência, fugindo da opressão dos fazendeiros avaros. Dessa forma, principalmente nos períodos de seca as estradas eram ocupadas por “magotes” de retirantes, que quando chegavam as cidades aglomeravam-se principalmente em frente a prefeitura e/ou casa do prefeito, ou próximo a feira, em busca de trabalho e comida, e caso não conseguissem o que queriam poderiam saquear a cidade.

As ações em torno da seca e um novo sujeito coletivo: a multidão

Os primeiros registros da existência de longas estiagens no Brasil ocorreram quando este ainda era uma colônia de Portugal, visto que, “em 5 de junho de 1552 o padre Antonio Pires, por exemplo, já informava que ‘em Pernambuco havia quatro ou cinco anos que não chovia’”²¹. Para Lopes de Andrade a seca afetou as tribos indígenas antes da chegada dos europeus, porém esses povos primitivos souberam conviver com as adversidades climáticas da região. Sendo assim, o processo de colonização, e por sua vez a privatização da terra, teria contribuído fortemente para que as estiagens fossem se tornando verdadeiras catástrofes.

A primeira tentativa oficial no sentido de produzir estudos sobre o interior do Brasil se deu através da Lei nº 884, de 1856, que nomeou uma comissão de engenheiros para tal objetivo. Dois escreveram sobre a seca: Giácono Raja Gabaglia e Guilherme S. Capanema. No entanto, ainda na primeira metade do século XIX o governo da Província da Paraíba havia incumbido o 2º Tenente do Imperial Corpo de Engenheiros, senhor Francisco Pereira da Silva a percorrer o interior da província, a fim de identificar os problemas causados pelas secas de 1845/46 e por sua vez indicar soluções para tal problema. Sendo assim, o referido engenheiro realizou duas viagens ao interior da Paraíba, uma em 1847 e outra em 1848, escreveu relatos memoriais descrevendo a situação de muitas Vilas do interior, e apesar de expressar uma concepção preconceituosa com relação aos habitantes das vilas por ele visitadas, acusando-os de indolência e imprevidência, que os levaria a fugir das dificuldades, apontou algumas possíveis soluções para o problema²², soluções essas que caíram no esquecimento.

Nos anos de 1886 e 1889, respectivamente, os engenheiros Francisco Soares da Silva Retumba e Joaquim Nogueira Jaguaribe, engenheiro da Estrada de Ferro Conde D’Eu,

²¹ AGUIAR, 1982, p.37

²² FERREIRA, 1993, p.54

adentraram a área da seca na Paraíba e dessa forma produziram relatórios que também expressaram concepções preconceituosas²³ com relação aos habitantes do interior, porém apresentaram medidas para superar as dificuldades, econômicas e sociais “causadas pela seca”, tais medidas mais uma vez foram esquecidas.

Sendo assim, “até 1930, as relações entre os governantes e os retirantes haviam se baseado num terreno movediço mal delimitado, de um lado, pelos costumes tradicionais da vida sertaneja e, de outro pelo ‘liberalismo oligárquico’²⁴”. A partir de 1932, como resposta as demandas da gente pobre do campo que através de invasões e saques as cidades cobrava principalmente trabalho e comida. O governo passou então a intervir diretamente no mercado local, “através da criação de vagas ‘artificiais’ de trabalho em obras públicas destinadas a ‘ocupar’ uma mão-de-obra desmobilizada num momento de crise”²⁵, a referida intervenção não restringiu-se ao mercado de trabalho, mas, estendeu-se também ao mercado de alimentos através de comissões que tinham como objetivo regular os preços dos produtos de primeira necessidade²⁶.

Todavia, em 1939 e 1942 a seca voltou a assolar o sertão paraibano, e por sua vez as ações de intervenção estatal continuaram parecidas com as desenvolvidas em 1932, dessa forma a gente pobre do campo foi acumulando experiências que contribuíram para que na década de 1950, os saques, as invasões de cidades, e um novo sujeito coletivo – a multidão - se generalizasse²⁷.

Cabe ressaltar que o “relativo equilíbrio no campo, movido por relações assimétricas e recíprocas, era desfeito nos períodos de estiagem”²⁸ quando o pacto paternalista entre proprietários e trabalhadores deixava de existir e essa gente pobre era entregue ao paternalismo estatal. Para clarificar melhor a questão deixemos então Dona Margarida, nascida em 1939, residente no Sítio João Bento, no Município de Salgadinho – PB, falar

A gente sofria muito, me lembro de mamãe fazendo água com sal pra nós beber de noite, pois não aguentava mais a fome. Um dia minha vó saiu em busca de xiquexique pra assar, até isso era difícil. As vez quem dava um

²³ O engenheiro Retumba deixou um relatório apresentando um quadro da economia e das riquezas da região. Considerou a falta de demarcação das terras, a ausência de capitais, a falta de conhecimentos técnicos e a desunião da classe proprietária como graves problemas. Contudo, são ideias representativas do pensamento do século XIX, que entre outros aspectos acusam os sertanejos de imprevidência e preguiça.

²⁴ NEVES, 2001, p.113

²⁵ NEVES, 2001 p.112

²⁶ IDEM

²⁷ NEVES, 2001, p.113

²⁸ AIRES, 2012, p. 208

prato de comer a gente era padim Chico Nogueira, ficou tão ruim que até ele não podia mais²⁹.

Chico Nogueira, a quem a depoente se referiu foi um fazendeiro da região, e segundo ela, socorria os “afilhados” nas épocas de crise, mas, chegou o momento que até mesmo o fazendeiro não pôde mais socorrê-los, dessa forma, a única opção que restava era partir em busca de trabalho numa obra pública de emergência³⁰, e como vimos acima, fazia parte do programa de assistência aos “retirantes” e representava uma intervenção direta do governo no mercado de trabalho, a fim de criar vagas “artificiais” visando sobretudo oferecer mão de obra para os “flagelados” da seca.

Uma das formas de intervenção direta no mercado de trabalho foi a construção de estradas. Podemos citar como exemplo a estrada entre as cidades de Patos e Santa Luzia na Paraíba, que estava sendo construída no ano de 1953. Ademais, como podemos perceber a partir das fontes que consultamos o cotidiano dos trabalhadores da referida estrada não foi nada fácil. São histórias de gente como o “Preto Luiz Benedito” com idade de setenta e nove anos, de picareta na mão, ganhando uma diária³¹ de 13,50 cruzeiros e cinquenta centavos por dia³². São idosos, adolescentes, adultos e também crianças, que ajudavam os pais nas tarefas que eram denominadas “seções”³³, a exemplo do caso do senhor Diáfanes José de Queiroz, trabalhando com três filhos, sendo que o mais velho tinha 16 anos de idade.

Cabe ressaltar que o trabalho de crianças – nas obras de emergência- não se restringiu ao ano de 1953, visto que é possível perceber nos relatos orais de memória dos “sobreviventes” da seca de 1958 que o trabalho passava a fazer parte da vida da pessoa já na infância. Nessa perspectiva, o senhor José Gomes da Silva Filho, nascido no ano de 1946, começou a trabalhar nas obras de emergência ainda criança. Nas palavras do depoente, “em 58 trabaei no serviço dessa estrada (Estrada central e atualmente PB 228) eu era da turma de Zé Grosso, o meu serviço era cavar barro e carregar em carroça, dormi muito em casa velha abandonada, eu tem pra mim que o pagamento era vale pra trocar no barracão”³⁴. As crianças

²⁹ Depoimento concedido por Dona Margarida, ao autor em 06 de abril de 2013

³⁰ Cabe ressaltar que encontramos casos que a família inteira abandonava a casa de morada e seguia em retirada tentando não morrer de fome. Em outros casos apenas o chefe da família e/ou os filhos mais velhos, muitos deles ainda criança “ganhavam o mundo” em busca da sobrevivência.

³¹ Por uma diária de 13,50 (treze cruzeiros e cinquenta centavos) “o Preto Luiz Benedito” trabalhando os seis dias da semana ganhava um total de 81,00 (oitenta e um cruzeiros) . Caso comprasse um quilo de feijão que custava 65,00 e um quilo de farinha que custava 34,00, ficaria devendo 18,00 ao dono do barracão.

³² O norte – João Pessoa, 15 de março de 1953

³³ O norte – João Pessoa, 17 de março de 1953

³⁴ Depoimento concedido pelo senhor José Gomes da Silva Filho, no dia 19 de março de 2013, ao autor.

recebiam menos do que os adultos. Segundo o depoimento do Senhor Leonardo Antonio, nascido em 1941, residente no atual município de Salgadinho – PB, muitas pessoas aumentaram a idade para receber o mesmo salário de um adulto. Em depoimento concedido ao autor afirma: “eu conheço um daqui mesmo que aumentou a idade”³⁵.

Essa gente que nos anos de “bom de inverno” dedicava-se ao roçado, aquele “tantinho” de terra, onde vigoravam direitos costumeiros, assentados em acordos verbais que poderiam até reduzir a liberdade dessa gente, mas não a anulavam ³⁶, pois, ali o trabalhador era dono do que produzia, e/ou de parte, no caso dos meeiros e demais formas de parcerias, e também era dono do seu tempo, isto é, tinha horários flexíveis. Como disse a senhora Maria do Carmo

O roçado da gente, a gente trabalha, a gente trabalha, aí eu to trabalhando aqui no meu roçado é meu eu trabalho a gente diz assim vou tomar um café de 9 horas. Aí eu to no meu roçado, vou tomar café em casa chega, a gente toma avexado se a gente tiver vamo logo, vamo logo, pra acabar logo. A gente toma aquele café, nós come ali uma batata, um pedaço de rapadura. Volta pra trás quando é de 11 hora, almoça aí ela, eu to no meu, vou deixar dar 1 hora. Vem de onze de onze e meia mais tarde. Tem gente que num vem, larga de 11 hora, onze hora pra onze e meia, a gente diz agora pronto, pra nós largar mais cedo, aí já a gente volta porque é do roçado da gente, o horário quem dá é a gente³⁷.

Para Dona Maria do Carmo, o roçado se constituía como um espaço de liberdade, no entanto, como vimos acima essa relação tradicional de trabalho encontrava-se em crise. Sendo assim, principalmente nos momentos de “seca” quando o roçado não produzia mais o suficiente para alimentá-los, essa gente movimentava-se em busca da sobrevivência, dessa forma, segundo o senhor Francisco Venâncio, “quando a coisa tava ruim, o povo se reunia para atacar as cidade, o povo sabia que se não atacasse as cidade não vinha serviço. Não podia levar arma, a arma era o saco e também só podia pegar comida”³⁸.

As pessoas envolvidas nos saques e/ou ameaças saques eram conscientes do poder de pressão que tais ações exerciam, dessa forma nos anos de 1951 – 1953 e 1958 as ameaças de saques e/ou saques foram constantes nas principais cidades paraibanas. Geralmente a partir dos meses de janeiro, fevereiro ou março, chegavam ao gabinete do governador e também a

³⁵ O senhor Leonardo também descreveu como se dava a prática de aumentar a idade, segundo ele, as pessoas iam ao cartório de registro civil da cidade, geralmente acompanhadas de um “chefe político” da localidade e lá faziam um registro falso, no caso da pessoa ainda não ser registrada fazia-se um registro com uma data de nascimento anterior a data que a pessoa havia nascido.

³⁶ NUNES, 2006

³⁷ Depoimento concedido pela Senhora Maria do Carmo Dantas, a pesquisadora Mariângela de Vasconcelos Nunes, em setembro de 2003.

³⁸ Depoimento concedido pelo senhor Francisco Venâncio de Freitas, ao autor, em 15 de março de 2013



Assembléia Legislativa do Estado, centenas de telegramas e demais correspondências chamando atenção dessas autoridades para a “calamidade” existente no interior do Estado, principalmente no sertão e no cariri, que são as principais áreas do semi-árido paraibano. São relatos de ocupação de cidades por milhares de pessoas famintas que acampavam principalmente em frente à Prefeitura, a residência do Prefeito e/ou próximo ao mercado.

Soledade PB

DESDE ONTEM PRESENCIAMOS CENAS DESOLADORAS V.G. RUAS ESTA CIDADE CHEIA HOMENS FAMINTOS ESPERANDO INGRESSAR DNER PT APELAMOS V. EXCIA SENTIDO PROVIDENCIAR TRABALHO ESSES HOMENS MAXIMA URGENCIA FIM EVITAR DESESPERO ESSA GENTE VIGARIO STANLAU AFONSO JOAQUIM DE MELO COMERCIANTE JOSEH DE MELO COMERCIANTE ROMULO NOBREGA SECRETARIO PREFEITURA ANDRE GOVEIA COMERCIANTE ELIOMAR PEREIRA DE ARAUJO MANOEL FIRMINO INSP JUIZ JOSEH CHAGAS DE BRITO TABELIÃO ELIAS DE OLIVEIRA JOSEH MARINHO DE ARAUJO

Enviada cópia ao DNER em 19-5-53

O telegrama transcrito acima é apenas um exemplo de dezenas que chegavam ao gabinete do governador José Américo de Almeida em 1953, inclusive encontramos nos arquivos, alguns denunciando irregularidades nas obras de emergência,

TELEGRAMA

NÓS ABAIXO ASSINADOS TENDO SIDO EM DATA DE ONTEM DISPENSADOS DAS FUNÇÕES DE OPERÁRIOS DA ESTRADA SÃO JOÃO DO CARIRI CAMPINA GRANDE SUBORDINADOS AO D.N.E R. NO MOMENTO EM QUE MAIS PRECISO ERA ESSE ARRIMO TANTO PARA TODOS NÓS COMO ESPECIALMENTE PARA NOSSAS FAMILIAS APELAMOS PARA O ALTO ESPIRITO DE JUSTIÇA DE V. EXCIA QUE JUNTO AS AUTORIDADES COMPETENTES CORRIGIRAM TAO ARBITRARIEDADE ADIANTAMOS QUE POR MOTIVO EXDRUXULA SITUAÇÃO PEDIMOS A VOLTA DE TRABALHO CERTO DE ENCONTRARMOS A SOLUÇÃO DESEJADA APRESENTAMOS A V. EXCIA OS PROTESTOS DO NOSSO PROFUNDO RESPEITO SÃO JOÃO DO CARIRI 12 DE JUNHO DE 1953 ABIDIAS RAMOS NETO JOÃO PIMENTEL DE ALMEIDA ALUISIO FARIAS MEDEIROS FRANCISCO SOARES DA SILVA ADOLFO PEREIRA BATISTA FRANCISCO DA SILVA JOÃO TRAJANO FILHO MANOEL FELIX DE BARROS JOSÉ ALVES FILHO MANOEL TAVARES FILHO JOSE ANTONIO MEDEIROS

Quando as notícias referentes à “multidão de famintos” perambulando pelas cidades e/ou saqueando-as chegavam ao conhecimento público através da imprensa e demais meios de comunicação, que geralmente publicavam os telegramas enviados ao governador e demais autoridades governamentais, logo era autorizado a abertura de obras assistenciais para as

mesmas, que poderia ser construção e/ou recuperação de açudes, estradas, campos de pouso e até mesmo calçamento.

A luta dessa gente era constante, visto que, movimentava-se cobrando abertura de serviços de emergência. Porém, quando tais obras eram liberadas, havia todo um jogo de exploração, isto é, um pequeno grupo constituído principalmente de tarefeiros e donos de barracões abocanhava a maior parte dos recursos, pois os tarefeiros contratavam o metro de terra com o DNER a dezoito cruzeiros e pagavam três cruzeiros por metro³⁹ ao operário, além disso, os donos de barracão superfaturavam os preços dos gêneros alimentícios⁴⁰, essa prática pode ser comparada ao que FERREIRA (1993) chamou de indústria da seca, segundo a autora o nascimento da referida indústria se deu na seca de 1877.

Essa indústria pode ser visualizada em dois níveis: o local, onde ocorriam os desvios diretos de verbas e gêneros alimentícios por membros das comissões de socorros públicos, juntamente com tropeiros e comerciantes; e por um nível mais amplo, com a conscientização dos representantes nordestinos no sentido de aproveitar e usar as secas como meio de conseguir investimentos governamentais na região⁴¹

A seca tornou-se então um mote privilegiado para se conseguir recursos para os estados afetados. Nessa perspectiva o professor Gervácio Batista, em sua tese de doutorado observou como muitos parlamentares dos estados do norte do Brasil (Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará) pintaram com cores fortes a miséria existente em seus estados, afirma o autor, “ora, se a seca era real, assim como seus efeitos, sua dramatização era algo fabricado teatralmente, dramatização usada para fins políticos⁴²”, que no caso em apreço consistiu numa busca desenfreada por concessões para construção de estradas de ferro, que teve como base dois argumentos: “a necessidade de oferecer trabalho aos indigentes que não deviam continuar recebendo esmolas na ociosidade; 2º a necessidade de proteger essas províncias contra uma nova invasão do flagelo⁴³”.

Essa “teatralização política” em torno da seca, que buscou sobretudo, locupletar uma certa elite política e econômica com os recursos que deveriam se direcionar a gente pobre do campo, atravessou toda a primeira metade do século XX, chegando às décadas de 1940/1950, recorte temporal desse trabalho. Sendo assim, quando da abertura de uma obra de emergência,

³⁹ Dessa forma o trabalhador teria que cavar e transportar em média vinte e dois metros de terra para comprar um quilo de feijão.

⁴⁰ O norte 01 de março de 1953

⁴¹ FERREIRA, 1993, p.61

⁴² ARANHA, 2006, P.97

⁴³ ARANHA, 2006, P.95

eram os deputados e demais “chefes políticos” locais que escolhiam as pessoas que deveriam ser incluídas nas listas de assistência, indicavam também tarefeiros, fiscais e donos de barracão.

A cada seca, mudavam-se alguns atores, porém o enredo era o mesmo, a exploração desumana da gente pobre. Sendo assim, em 1958 mais uma seca se abateu na Paraíba, e assim como ocorreu nos anos anteriores “políticos engravatados” procuraram a todo custo tirar proveito da situação.

Na sessão da Assembléia Legislativa da Paraíba, realizada no dia 23 de abril de 1958 o deputado José Cavalcanti, pertencente ao quadro da UDN (União Democrática Nacional) usou a tribuna da Assembléia, para traçar em minúcias a “exploração dos flagelados” no sertão paraibano. O parlamentar expôs os números dessa exploração, segundo ele, o DNER órgão responsável pela administração dos alistamentos na região das “Espinharas”⁴⁴ dividiu os trabalhadores em turmas que chegaram a um número de quinhentos homens, que são entregues a um administrador, “êste administrador tem 20% para administrar, ver aqueles operários trabalharem”⁴⁵ isto é, o administrador recebia 10 cruzeiros de cada operário, sendo assim enquanto um operário recebia 40 cruzeiros por dia, os administradores chegavam a receber uma diária de 20 mil cruzeiros. Segundo José Cavalcanti, “há ainda uma exploração muito pior. Estes homens botam ainda um barracão à margem da estrada V. Excia, pensa que é para servir ao pobre? Não. É para explorá-lo ainda mais”⁴⁶. O parlamentar também apresentou alguns números referentes aos preços das mercadorias vendidas nos barracões.

Vou dizer a maneira como êstes homens compram no comércio de Patos, nos armazéns um quilo de açúcar por determinado preço e vendem por Cr\$ 17,00. Um quilo de café por Cr\$ 16,00 e revendem por Cr\$ 48,00; a farinha é tão preta que não se sabe nem se é farinha; o arroz é revendido por Cr\$ 44,00 e comprado a Cr\$ 25,00; o peixe sertanejo, peixe de água doce que este ano não houve em abundância, êles compram no mercado de Patos por Cr\$ 7,60 e revendem por Cr\$ 40,00 o quilo; a carne da pior espécie, resto de feira, à tarde, (na feira que eles chamam feira do bacurau) é comprada a Cr\$ 15,00 e vendida aos pobres por Cr\$ 60,00⁴⁷.

O superfaturamento de mercadorias por parte de donos de barracão, não se restringiu a cidade de Patos, visto que é possível perceber que tal prática se fez presente em diversas

⁴⁴ Referência ao sertão paraibano à altura da cidade de Patos e adjacências.

⁴⁵ Correio da Paraíba, João Pessoa – PB, 26 de abril de 1958

⁴⁶ IDEM

⁴⁷ IDEM

cidades da Paraíba, a exemplo de Conceição, Santa Luzia, Misericórdia, entre outras. Que bastava um anúncio de serviço para o preço das mercadorias aumentarem vertiginosamente. Cabe ressaltar que assim como nos anos anteriores, tal exploração não se deu sem resistência. Ouçamos então o senhor Leonardo Antonio da Silva, nascido no Sítio Serraria – Município de Patos no ano de 1941

Em 58 foi botado um forro de barro nessa estrada (o trecho da antiga estrada central que na época localizava-se entre a vila de Salgadinho e Baraúnas) eu trabalhei nesse serviço. Eu me lembro que já pra o final de 58 disseram que o serviço ia parar, dizendo que tinha terminado, o pagamento também tava atrasado, as pessoa se reuniram para ir atacar Patos, eu fui a pé, mais não deixaram a gente entrar em Patos não. Nós ficamo naquela ponte ali perto do posto do São Sebastião aí arranjaro comida pra gente e a promessa do serviço não parar e pagar o atrasado. O serviço recomeçou recebemo o atrasado. Depois o serviço parou de novo fomos invadir Patos e o serviço recomeçou. Essas cidade era invadida direto⁴⁸.

O depoimento acima é bastante revelador no tocante as tentativas de saque e/ou saque às cidades, como forma de resistência a exploração. Assim, no ano de 1958, mais precisamente do mês de março ao mês de dezembro, as principais cidades do interior paraibano sofreram ameaças e/ou foram saqueadas.

Sendo assim, respeitando as especificidades de tempo e lugar, entendemos esses movimentos de resistência, como uma economia moral sertaneja, que visou sobretudo defender valores tradicionais fundamentados nos costumes, que naquele momento encontravam-se ameaçados. Dessa forma, buscamos romper com concepções que tratam as rebeliões camponesas como “rebeliões do estomago”, sem objetivos claros e completamente desprovidas de embasamento político. Pois, embora essas rebeliões não possam ser descritas como políticas em nenhum sentido mais avançado, tampouco podem ser descrita como apolíticas, pois supunham noções definidas, e apaixonadamente defendidas, do bem-estar comum⁴⁹.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Pinto. *Nordeste o drama das secas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

⁴⁸ Depoimento concedido ao autor, pelo senhor Leonardo Antonio da Silva, em 27 de maio de 2013

⁴⁹ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichenberg, São Paulo: Companhia da Letra, 1998, p.152



AIRES, José Luciano de Queiroz. O teatro do poder e o contrateatro do campesinato paraibano: negociação, táticas e resistências. *Revista SECULUM*, João Pessoa, nº 26 jan.jun. 2012.

ANDRADE, Lopes de. *Introdução à sociologia das secas*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

ARANHA, Gervácio Batista. *Trem e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas (1880 – 1925)*, Campina Grande-PB: EDUFPG, 2006.

BATISTA, Francisco de Assis. *Nas trilhas da resistência cotidiana: o protagonismo exercitado pelos camponeses no cariri paraibano (1900 -1950)*. Campina Grande: UFCG, tese de doutorado em sociologia, 2010.

BRIGGS, Asa. *História social de Inglaterra*. Tradução Eduardo Nogueira. Editorial Presença, 1994.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. *Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba*. João Pessoa-PB: Editora da UFPB, 1993.

LOPES, Marcos Antonio; MUNHOZ, Sidnei J. org. *Historiadores do nosso tempo*. São Paulo: Alameda, 2010.

MATTOS, Marcelo Badaró. *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo Histórico*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2012.

NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

_____. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2001 v. 21 nº 40 p. 107-131.

NUNES, Mariângela de Vasconcelos. *Entre o capá verde e a redenção: a cultura do trabalho com o agave nos cariris velhos (1937 -1966, Paraíba)*. Brasília: Dissertação de mestrado em História, UNB, 2006.

SCOTT, James C. Formas de resistência camponesa. In: *Raízes* vol.21, nº01, jan-jun./2002.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichemberg, São Paulo: Companhia da Letra, 1998.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. V. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. *A formação da classe Operária inglesa* V. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A formação da classe operária inglesa* V. 3. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

WNADERLEY. Allyrio Meira. *Ranger de Dentes*. (romance) Rio de janeiro: Companhia Editora Leitura, 1945.